

Movimentos sociais populares e a luta por uma Educação Popular do Campo referenciada no PRONERA

Movimientos Sociales populares y la lucha por una Educación Popular del Campo referenciados no PRONERA

Dileno Dustan Lucas de Souza
Simone da Silva Ribeiro
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Guilherme Goretto Rodrigues
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora
Juiz de Fora-Brasil

Resumo

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é resultado da luta histórica dos Movimentos Sociais Populares do Campo pelo direito a uma educação referenciada, mobilizada e sistematizada nos povos do campo, das águas e das florestas. Defender o PRONERA é construir a resistência, a afirmação, a memória e o inventário dos sujeitos do campo, que envolve tanto o amplo conjunto de práticas, experiências, saberes e fazeres individuais e coletivos, quanto as lutas por um país livre e emancipado. Nesse sentido, este artigo objetiva debater o protagonismo dos Movimentos Sociais Populares, tendo como referencial teórico a teoria crítica marxista e marxiana e de seus processos de enfrentamento de uma educação do capital, e que fortalecem processos educativos na defesa da educação popular dos povos do campo por meio do PRONERA. Como aspecto teórico-metodológico, buscou-se um diálogo com intelectuais que tomam como referência a educação da classe trabalhadora para a construção das condições de emancipação e libertação, assim como aqueles que ampliaram e sistematizaram a Educação do Campo.

Palavras-chave: PRONERA; Educação Popular; Movimentos sociais populares.

Resumen

El programa Nacional de Educación en la Reforma Agraria (PRONERA) es el resultado de la lucha histórica de los Movimientos Sociales Populares Rurales por el derecho a una educación referenciada, movilizada y sistematizada para los pueblos del campo, las aguas y los bosques. Defender el PRONERA significa construir resistencia, afirmación, memoria e inventario de los sujetos rurales, lo que involucra tanto el amplio conjunto de prácticas, experiencias, conocimientos y acciones individuales y colectivas, como las luchas por un país libre y emancipado. En este sentido, este artículo pretende debatir el papel protagónico de los Movimientos Sociales Populares y sus procesos educativos en la defensa de la educación popular de la población rural a través del PRONERA. Como aspecto teórico-metodológico, se buscó el diálogo con intelectuales que toman la educación popular como referente para la construcción de condiciones de emancipación y liberación, así como con quienes ampliaron y sistematizaron la Educación Rural.

Palabras-clave: PRONERA; Educación Popular; Movimientos Sociales Populares.

Introdução

Pelos caminhos da nova sociedade
A educação tem um papel fundamental
Por isso vamos aprendendo e ensinando
Plantar um sonho de justiça social.
(Sonho e Compromisso – Zé Pinto)

Em sua contribuição teórica, Mézáros (2011) afirma como a crise estrutural do capital se tornará cada vez mais destrutiva, atingindo todos os domínios da vida social. A busca incessante pela acumulação do capital tem ampliado o pauperismo das massas populares e as suas condições fundamentais de vida, além de provocar o colapso da biodiversidade em geral. Essa realidade se aprofunda em países de capitalismo dependente e/ou periférico, tal como o Brasil, cujo arranjo político-econômico e social agudiza a superexploração da força de trabalho, sustentando-se em uma classe dominante autocrática (Fernandes, 1976).

No âmbito agrário brasileiro, o capital avança de maneira perversa, expropriando violentamente os povos do campo, das águas e das florestas, além de destruir a biodiversidade com queimadas envenena a terra, o ar e as águas, com graves consequências socioambientais. Tudo isso fruto de um modelo agrário-exportador que tem como centro o agronegócio, a monocultura e o latifúndio, com uso irrestrito de fertilizantes e agrotóxicos.

O que demonstra que o capitalismo aprofunda sua permanente crise decadente, tornando-se essencial a organização da classe trabalhadora, oprimida e explorada, em torno da construção de um novo projeto de sociedade, que tem na educação e a formação da consciência política das massas populares um aspecto visceral. Desse modo, entende-se a importância que os movimentos sociais populares do campo assumem no contexto brasileiro, especialmente pelo acúmulo histórico de lutas, práticas e experiências tanto de educação da classe trabalhadora, quanto no enfrentamento às perversas dinâmicas, relações sociais e de produção capitalistas.

Um desses acúmulos se refere ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que, apesar de se consolidar nos anos de 1990 enquanto política pública, é resultado das lutas dos Movimentos sociais populares do campo pelo direito à educação referenciada, mobilizada e sistematizada a partir dos interesses dos povos do campo, das águas e das florestas, ou seja, por uma educação popular do campo. Assim, tem

origem nas lutas travadas cotidianamente por homens e mulheres camponeses/as nas múltiplas realidades concretas, pelo direito à educação, à escola, à Reforma Agrária e às condições dignas de vida. Por isso, debater a importância do PRONERA é manter e construir permanentemente a memória e o inventário dos sujeitos do campo, que envolvem um conjunto amplo e diverso de práticas, experiências, saberes e fazeres individuais e coletivos.

Dessa forma, o objetivo desse artigo é fazer um breve diálogo tendo como referência a luta dos Movimentos sociais populares na defesa e garantia da educação dos povos do campo por meio do PRONERA. Para tanto, debateremos em três eixos ou tópicos principais: os processos educativos e os movimentos sociais populares, isto é, que concepção de educação e o caráter educador dos Movimentos sociais populares; a contextualização do PRONERA e duas fundamentais ações nele envolvidos: a Escola da Terra e a Licenciatura em Educação do Campo; e a educação popular do campo referenciada no PRONERA, como condição fundamental para a construção de uma nova sociedade e projeto social e político-econômico de país.

Os processos educativos e os Movimentos sociais populares

Quando falamos em educação da classe trabalhadora podemos pensar diversos níveis de análise, posto que tomamos o termo educação na sua acepção mais ampla, ou seja, uma educação em si e para si a partir de sua capacidade de potencializar as diversas mobilizações e lutas cotidianas que envolvem greves, reivindicações, associações, partidos, sindicatos, movimentos sociais, direitos sociais dentre outras.

A educação é um dos processos de formação humana que se dá sempre a partir de determinadas perspectivas sociais, por isso, está vinculada a uma proposta ideológica que referenda uma hegemonia. Entende-se a hegemonia como o domínio de uma classe social fundamental sobre uma série de classes subordinadas (Gramsci, 2014), tanto por meio da difusão do consenso – padrão e projeto de sociabilidade em torno de uma direção moral e intelectual de uma classe sobre outra; quanto por meio da coerção – uso da força e da repressão. Dessa forma, no modo de produção capitalista, o Estado ampliado (sociedade civil e sociedade política) se orienta para referendar os interesses e a hegemonia da classe burguesa, construindo condições objetivas e subjetivas que favoreçam a manutenção e expansão do seu domínio (Gramsci, 2014).

Movimentos sociais populares e a luta por uma Educação Popular do Campo referenciada no PRONERA

Nesse sentido, é preciso pensar a educação na sua capacidade mais ampla, tendo como referência a diversidade social e o tempo social histórico. Assim, entendemos que a educação envolve pensamento, inteligência, sentimento e experiências de homens e mulheres, que se dialetizam e interpelam constantemente a realidade concreta. Sobretudo, a educação envolve a possibilidade histórica de construção de uma nova hegemonia e concepção de mundo.

Por isso trazemos a educação popular como referência, pois tem um enorme percurso histórico que agrega práticas e experiências educativas construídas pelos saberes tradicionais populares envolvendo o campo, as florestas, as águas e todos os povos que nelas habitam e que sempre foram excluídos e marginalizados de seus vários direitos, inclusive, do direito básico e elementar à educação. Trata-se da massa despossuída dos meios de produção, submetidas às mais diversas relações de expropriação, exploração e opressão (Ribeiro, 1999).

No sentido mais geral, a educação não se fecha em um conceito, mas é entendida como um instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos sociais e da emancipação social, preparando as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de sociedade e de país livre e emancipado. Ou seja, a educação pode ocorrer onde não há escola e por toda parte pode haver redes e estrutura sociais de compartilhamento de saberes e conhecimentos entre as gerações. Dessa forma podemos entender que a evolução da cultura humana nos leva a transmitir/trocar/receber conhecimentos, criando situações sociais de ensinar-aprender-ensinar nessa relação dialética dialógica. Como diz Brandão (1988), ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, no partido, nos movimentos sociais populares, ou seja, para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Nesse sentido a educação nos invade a vida em todos os momentos.

A educação existe onde não há a escola e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para a outra, dentro da história da natureza, e de uma geração a outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser (Brandão, 1988, p. 13).

Por outro lado, a educação também pode ser usada como instrumento de coerção e aparece como uma forma social de condução e controle do ensinar e aprender, criando situações próprias para seu exercício. E nesse contexto, o saber comum se divide e surgem hierarquias sociais, a educação vira pedagogia que inventa um modo de ensinar, reduzindo os diversos saberes a uma proposta monolítica de escola e educação. Com isso, subalterniza-se os saberes dos diversos grupos sociais e as suas experiências tanto na maneira de produzir a sua existência por meio do trabalho, quanto nas formas próprias de ser, estar e sentir o mundo, o que acaba reproduzindo a inferiorização, o preconceito e a desumanização. Como nos alerta Freire (2020), em uma sociedade marcada por opressores-oprimidos, estes (os oprimidos) se tornam “coisas”, sem direitos fundamentais e relegados a uma constante violência humana, física e simbólica.

A educação é um campo no qual a teoria e a prática, a cultura e a política, inevitavelmente, se entrelaçam; em que a pesquisa e a descoberta teórica se misturam com a ação social e política. Não há que se fazer uma distinção ou mesmo oposição entre esses aspectos da educação, impondo-se uma dicotomia. Há que se evidenciar este caráter múltiplo e dialógico da Educação já que, como nos orienta Freire (2020), a perspectiva que deseja uma via de mão única, que deseja uma Educação Bancária, deseja anular “o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfazendo aos interesses dos opressores” (Freire, 2020, p. 83). Por outro lado, a Educação Libertadora potencializa a condição dos homens e mulheres como seres históricos – como “projetos” -, como seres em construção de si mesmos e da sociedade que desejam. A saber:

O ponto de partida deste movimento está nos homens mesmos. Mas, como não há homens sem mundo, sem realidade, o movimento parte das relações homem-mundo. Daí que este ponto de partida esteja sempre nos homens no seu aqui e no seu agora que constituem a situação em que se encontram ora imersos, ora emersos, ora insertados. Somente a partir desta situação, que lhes determina a própria percepção que dela estão tendo, é que podem mover-se (Freire, 2020, p. 103).

Nossa luta no campo da educação deve ser no sentido de fazê-la manter-se sempre libertadora, sempre dialógica, buscando a pluralidade e a multiplicidade; uma luta que tem por fundamento a viabilidade histórica de construção do ser-mais, como ato de libertação e humanização dos oprimidos. Desse modo, a educação que defendemos tem por referência o ser social histórico, as contradições permanentemente postas por meio dos movimentos e

Movimentos sociais populares e a luta por uma Educação Popular do Campo referenciada no PRONERA

das relações homens-mundo, por isso calcada nas experiências concretas e socialmente referenciadas nos oprimidos. Daí a centralidade de homens e mulheres de carne e osso como seres sociais em ato, que se colocam a si mesmos como problemas (Freire, 2020). É algo concreto e não idealista ou mecânico, por isso Gramsci (1999, p. 412) adverte que o “homem é um processo, precisamente o processo de seus atos”.

Nesse sentido, dentro da concepção ampliada de educação, enquanto processo e relação histórico-social e política, e de suas potencialidades dialógicas e libertadoras, destaca-se o caráter educativo dos movimentos sociais populares, organizados por trabalhadores/as do campo e da cidade:

A dimensão educativa, formadora das classes populares, pode ser captada no processo histórico de organização dos movimentos sociais populares. Entendemos que as formas através das quais os trabalhadores e trabalhadoras se organizam, dando origem aos movimentos sociais populares, enquanto sujeitos políticos coletivos de transformação social e de educação popular, conferem conteúdo a essa realidade histórica e social (Ribeiro, 2013, p. 46).

Os movimentos sociais populares se organizam frente as contradições de classe dentro do modo de produção capitalista. Trata-se da organização coletiva de sujeitos historicamente subalternizados, por isso remetemos ao termo “populares”, pois confere um lugar político, econômico e social, constituindo a massa despossuída dos meios de produção, sem direito a terra, moradia, saúde, educação, trabalho, cultura e a vida (Ribeiro, 1999). Frente aos processos e as relações de expropriação, exploração e dominação, homens e mulheres interpelam a realidade em que vivenciam e experienciam e, no processo de luta, podem se descobrir enquanto classe. Por isso, a luta de classes está no núcleo dos movimentos sociais populares (Ribeiro, 2013). Assim, são educativos porque trazem a capacidade de reflexão e ação crítica da/na realidade; apresentam o caráter formativo de sujeitos pois sintetizam e complexificam os princípios que articulam teoria-prática, denotando uma consciência de classe – como por exemplo a organicidade alcançada pelo MST e suas ações que envolvem o conjunto de lutas por terra, trabalho e educação.

No campo de luta dessa diversidade que envolve os povos do campo, águas, florestas, bem como seus saberes e organizações coletivas, uma das iniciativas que acreditamos estar alinhada a esses princípios é o PRONERA. Há que se manter viva a luta, a criticidade sem perder a esperança, reconhecendo a tarefa candente de organização das lutas populares frente as ameaças permanentes de um capitalismo destrutivo, que tem

aprofundado a destruição da biodiversidade em geral, condenando as massas populares ao mais absoluto pauperismo e rebaixando as suas condições objetivas e subjetivas de vida.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA

Torna-se importante uma breve reflexão teórica sobre a política pública – envolvendo também aquelas destinadas à educação – para referenciar historicamente o PRONERA e, além disso, a sua importância para além de uma política pública inscrita no Estado que organiza o modo de produção capitalista. Entende-se que a política pública é resultado da luta de classes, ou seja, tem relação e processo histórico (Faleiros, 2009). Com isso, afasta-se radicalmente das teorias do “Estado sujeito”, como se fosse um ente que faz e executa, mascarando as relações de classes, consenso e coerção nele envolvidos. Por outro lado, há de se ressaltar a disputa das classes e frações da classe burguesa pelo fundo público, uma forma de apropriação do trabalho necessário posto cada vez mais a serviço da reprodução do capital e dos interesses da burguesia (Behring, 2021). Ou seja, a política pública apresenta-se como contradição no modo de produção capitalista. Assim, apesar da conquista da política pública ser necessária para a classe trabalhadora, não se apresenta como um fim-limite, isto é, deve ser instrumento potente da luta de classes, de educação da classe trabalhadora para a construção de um novo projeto de sociedade.

Nesse sentido, O PRONERA é fruto da marcha e da luta histórica dos Movimentos sociais populares do campo, dentro de uma realidade econômica dependente, agrário-exportadora, que aprofunda as dinâmicas de exploração da classe trabalhadora e da concentração de terras em prol do agronegócio, da mineração e do extrativismo predatório. Concomitante, trata-se do acúmulo de lutas dos movimentos sociais populares pelo direito e acesso à educação, frente a sua negação histórica para os povos do campo, o que gerou níveis de escolaridade mais baixos, reduzido número de educadores/as nas escolas do campo, analfabetismo e a própria reprodução do estereótipo e discriminação contra camponeses, assentados, quilombolas etc.

A criação do PRONERA se deu em meio ao I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária – ENERA – realizado em 1997 e a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo – CNEBC realizada em 1998. Fundado com base nos princípios da Educação do Campo e integrado a ela por meio do Decreto nº7.352/2010, o PRONERA ao longo de seus

Movimentos sociais populares e a luta por uma Educação Popular do Campo referenciada no PRONERA

20 anos potencializou o desenvolvimento de projetos de educação e de escolarização, de modo a considerar as especificidades socioambientais e a diversidade cultural do campo em todos os Estados brasileiros. Conforme consta no *Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária - II PNERA (Brasil, 2015)*ⁱ, o PRONERA vem desencadeando a vivência de inovações pedagógicas e curriculares que são organizadas de acordo com as demandas dos sujeitos do campo envolvidos nos cursos de formação espalhados pelo país.

Desse modo, por meio do PRONERA a população beneficiária da política de reforma agrária, moradora de assentamentos da reforma agrária, tem acesso a uma diversidade de cursos pautados por princípios da Educação Popular e Educação do Campo, destacando-se a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Portanto, são oferecidos cursos técnico-profissionais de nível médio – técnico em administração de cooperativas, enfermagem, técnico em saúde comunitária, técnico em comunicação; e em nível superior – Licenciatura em Pedagogia, História, Geografia, Sociologia, Ciências Naturais, Ciências Agrárias, Agronomia, Direito e Medicina Veterinária.

Em defesa do PRONERA e do direito à Educação do Campo, o FONEC - Fórum Nacional de Educação do Campo, define o Programa da seguinte maneira:

O PRONERA é uma política pública forjada pelo protagonismo dos sujeitos coletivos do campo. Até sua criação, não havia registro, na história deste país, dos camponeses protagonizando uma política pública de educação cuja característica fundamental é a articulação entre três sujeitos de territórios diferenciados, mas que materializam uma nova ação do Estado: os movimentos sociais, sindicais de trabalhadores e trabalhadoras do campo, o corpo dos servidores do INCRA e as Universidades (FONEC, 2020).

No entanto, desde o Governo de Michel Temer e, principalmente, no Governo Bolsonaro, um conjunto de medidas tem sido tomadas para inviabilizar o Programa na prática, uma política que pela sua inspiração no legado de Paulo Freire tem como princípio a participação ativa dos sujeitos na formulação e implementação de políticas públicas com fundamentos democráticos. As medidas legais tomadas por esses últimos governos, em que pese as resistências e as pressões do Movimento da Educação do Campo, têm promovido cortes significativos no orçamento destinado ao Programa e incidido na estrutura regimental no que concerne aos cargos e competências do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, como por exemplo, a extinção da *Coordenação Geral de Educação do Campo e Cidadania*, que era responsável pela gestão do Programa, bem como a sujeição da política agrária do Incra ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

(MAPA), que historicamente tem se prestado aos interesses dos ruralistas e da expansão do agronegócio.

Esse aspecto é fundamental, afinal, há uma constante interpelação da classe dominante contra os princípios da Reforma Agrária, da educação popular e da organização dos Movimentos sociais populares – e que não se atenua com o terceiro governo Lula. Essa interpelação abarca tanto as políticas e ações que drenam o fundo público (orçamento) e, conseqüentemente, esvaziam a ação do PRONERA, quanto as ações jurídicas que deslegitimam os camponeses como sujeitos de direitos – tais como aquelas que questionam o acesso a Universidades públicasⁱⁱ. Isso sem contar no uso da coerção e da violência generalizada que ameaçam sistematicamente camponeses/as em suas terras e suas formas legítimas de organização.

Desse modo, coloca-se a necessidade permanente de defender o PRONERA enquanto política pública de Estado, disputando o orçamento público, pois como aponta Santos (2016) o PRONERA também é referência para compreendermos o debate da Educação do Campo e os processos educativos gestados pelos povos do campo e Movimentos sociais populares. A seguir, apresentamos duas importantes ações posteriores ao PRONERA, porém viscerais para o debate acerca dos movimentos sociais e da educação popular.

A Ação Escola da Terra

A Ação Escola da Terra foi instituída pela Portaria Nº 579 de 02 de julho de 2013 (Brasil, 2013), no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO (Brasil, 2012), com a finalidade de formar professores/as de escolas do campo e quilombola que atuam, prioritariamente, em escolas multisseriadas. Esta ação de formação continuada é singular porque parte de uma ementa que é nacional para em cada estado da federação brasileira se particularizar no atendimento das especificidades de cada comunidade do campo, das águas e das florestas. Embora diversos na construção dos projetos políticos pedagógicos e nas suas vivências, as ações formativas se unificam em torno do diálogo entre os saberes acadêmicos, científicos, escolares e populares, e destes saberes com os povos camponeses e suas realidades, tomando por base as referências do legado Freireano.

Dessa maneira, resgata-se as diversas culturas, as histórias de lutas, os modos de vida, de produção e de trabalho, elementos de diálogo com os saberes escolares das

Movimentos sociais populares e a luta por uma Educação Popular do Campo referenciada no PRONERA

diversas áreas de conhecimento estudadas na educação básica como a língua portuguesa, a matemática, as ciências humanas e da natureza, seguindo a perspectiva dialógica de inspiração Freireana, que envolve o diálogo inclusive com os princípios e os saberes da agroecologia na formação de professores e professoras do campo pela estreita relação que tem com a agricultura camponesa cultivada sem agrotóxicos em nome da saúde e do bem-viver.

Atualmente, por meio dessa ação formativa contabiliza-se mais de 20.000 educadores e educadoras do campo que concluíram seus cursos de aperfeiçoamento ou de especialização lato sensu em Educação do Campo, oferecidos pelas universidades públicas federais brasileiras em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, movimentos sociais e outras organizações sociais. Como expressa o conjunto de capítulos que compõem o livro “Programa Escola da Terra: cartografia da diversidade e complexidade de sua execução no Brasil” (Hage *et al.*, 2018), a Pedagogia da Alternância, implementada neste Programa, possibilita a dialogia que se estabelece entre os binômios campo-cidade, rural-urbano, universal-local e afirmativo-democrático.

A Licenciatura em Educação do Campo

A Licenciatura em Educação do Campo é um curso de graduação criado em 2007 pelo Ministério da Educação (MEC), com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)ⁱⁱⁱ, com o objetivo de formar professores e professoras para ensinar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio nas escolas do campo, como também na gestão de processos educativos escolares e sociais. Os cursos são ofertados pelas universidades públicas brasileiras e pelos institutos federais de educação e contemplam as áreas de Ciências Agrárias, Artes e Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática^{iv}.

Essa licenciatura é fruto de uma luta histórica dos povos do campo pela garantia do direito educacional de atendimento à população do campo observando-se as suas especificidades, no que se refere à dinâmica de vida, aos saberes e fazeres advindos da relação com o trabalho e, sobretudo, ao vínculo com a terra. Trata-se, portanto, de uma formação diferenciada, vivenciada a partir de propostas curriculares que integram as áreas do conhecimento e, por meio de práticas didático-pedagógicas diferenciadas, dialogam com as realidades dos futuros professores e professoras. Para tanto, se referencia na alternância que tem entre seus objetivos relacionar os saberes das diferentes áreas com outros que

derivam das dimensões política, social e cultural, entre outras, de modo a contribuir com o trabalho que desenvolverão nas escolas do campo.

As práticas formativas da Licenciatura em Educação do Campo têm como fundamento o perfil do profissional que se intenciona formar, em conjunto com os movimentos sociais e sindicais participantes desse processo histórico, com uma compreensão ampliada de seu papel, que entenda a educação como prática social necessária para promover a inter-relação do conhecimento com a escolarização, o desenvolvimento e a construção de novas possibilidades que contribuam para a permanência nos territórios pelas lutas coletivas dos sujeitos do campo. Espera-se ainda que os professores/as formadores/as e em formação promovam uma profunda articulação entre a universidade, a escola e a comunidade. É dessa forma que as Licenciaturas em Educação do Campo também se aproximam do legado Freireano e exercitam o diálogo como referência de formação de professores/as.

Dessa maneira, todos os sujeitos educativos que compõem os cursos encontram-se quotidianamente desafiados a promoverem processos formativos a partir de metodologias que possibilitem a articulação entre escola e comunidade e permitam a necessária dialética entre educação e experiência, garantindo um equilíbrio entre rigor intelectual e valorização dos conhecimentos já produzidos em suas vivências socioculturais.

Por uma educação popular do campo referenciada no PRONERA

Pensar na educação da classe trabalhadora, como um ato em si e para si, tem por desafio a formação da consciência política de trabalhadores/as que seja força catalizadora e base para a transformação das condições materiais de produção da vida humana. Desafio este que se torna candente frente a um capitalismo que agudiza o seu caráter destrutivo, tanto pela expropriação e exploração entre as classes sociais, levando as massas populares ao mais absoluto pauperismo, quanto na destruição total da biodiversidade.

Nesse sentido, a educação popular do campo referenciada no PRONERA revela-se como instrumento de luta e formação da classe trabalhadora. Primeiro, porque reconhece as múltiplas particularidades e singularidades de povos do campo, das águas e das florestas, suas especificidades acerca dos saberes, fazeres, memórias, identidades, expressões culturais e artísticas, relações com o sagrado, as formas de trabalho e de produção (de base agroecológica) que tem por fundamento o uso comum da terra e a relação indissociável

Movimentos sociais populares e a luta por uma Educação Popular do Campo referenciada no PRONERA

entre homem-natureza. Partem dessas referências para mobilizá-las e sistematizá-las a uma educação dialógica, que reconheçam e valorizem as experiências dos sujeitos do campo, ao passo que formando educadores/as para atuar nessas realidades – oriundos ou não das próprias comunidades e movimentos populares. Isso tem permitido confrontar o modelo civilizatório de escola imposta pela modernidade e pela classe dominante, ao passo que formar uma relação entre teoria-prática (os conhecimentos articulados e mediatizados com a realidade concreta) que dá maior clareza e significado à consciência crítica e política (Ribeiro, 2013). Por outro lado, tais especificidades estão conectadas coletivamente (a unidade no diverso) à luta histórica pelo direito à educação, tendo como base a ação e organização dos movimentos sociais populares na defesa de princípios que construam um novo projeto de sociedade e país.

Desse modo, entende-se que a educação popular carrega como fundamento a luta de classes e que “não se aplica às classes que detêm o poder econômico-político” (Ribeiro, 2013, p. 47). Entretanto, ressalta-se a indissociabilidade de classe com as questões de raça e gênero, afinal, pensar a diversidade do campo requer reconhecer a grande parcela do campesinato negro e das lutas contra o racismo, assim como contra as formas patriarcais e machistas que se enraízam estruturalmente no capitalismo brasileiro.

Assim, trata-se do desafio de construção da hegemonia, que tem como uma de suas tarefas a compreensão acerca de como os diversos sujeitos do campo e movimentos sociais populares colocam na ordem do dia as contradições referentes a educação, terra, cultura, trabalho, lutando contra a lógica de produção/reprodução objetiva e subjetiva do capital no campo – e que tem como antagonistas os grandes proprietários de terras, agronegócio, mineração, garimpeiros e madeireiros, organizando-se também no Estado (bloco no poder). Por isso, as experiências postas cotidianamente por homens e mulheres necessitam estar “articuladas dialeticamente a uma constante crítica no terreno macro onde elas se explicitam nas relações contraditórias que se estabelecer entre as classes sociais” (Souza et al., 2019, p. 184-185), isto é, inserir e articular as particularidades na totalidade concreta.

Dentre as experiências políticas e educativas acumuladas por sujeitos e movimentos sociais populares – que passa também pelo PRONERA e PRONACAMPO, o pressuposto visceral está na aproximação com a Filosofia da práxis (Gramsci, 1999). Nas iniciativas de educação popular em assentamentos da Reforma Agrária, camponeses/as, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, pescadores, povos da floresta, dentre tantos outros grupos diversos,

têm-se construído importantes fundamentos e princípios políticos, educativos e filosóficos, presentes nas escolas por meio de seus projetos pedagógicos, na formação de sujeitos e de educadores/as do campo. São concepções e visões de mundo que, pautadas na dialogicidade ou na dialética, elevam o nível de consciência crítica das camadas populares. Para Gramsci (1999, p. 388):

A filosofia da práxis, ao contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas.

O ponto de partida está em apresentar os elementos de contradição presentes na realidade vivida por homens e mulheres, referenciando-os para a crítica da própria realidade. Por isso, a filosofia da práxis não é instrumento de grupos dominantes para o consenso dos dominados, mas a dialética entre experiência, teoria e prática que permite o movimento permanente entre ação-reflexão-ação das classes subalternas. Trata-se do gradativo rompimento com o pensamento desagregado, passivo e imposto pela classe dominante para uma “concepção de mundo de uma maneira consciente e crítica”, isto é, a elevação do senso comum ao bom senso (Gramsci, 1999, p. 94). Nesse sentido, a educação popular traz a consciência de classe e a radicalidade capaz de confrontar com os antagonismos de classe e a estrutura perversa do modo de produção capitalista.

Com isso, destaca-se também a função dos Movimentos sociais populares na formação dos intelectuais orgânicos, como aqueles organizadores da cultura e da direção político-econômica e social do grupo/classe a que pertence. No processo de construção de uma nova hegemonia, Gramsci (2001, p. 53) afirma que “o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática”. Essa é uma das concepções do PRONERA em torno das políticas de formação de educadores/as do campo, ou seja, tem por desafio e tarefa fundamental a ligação da prática educativa aos princípios e programas construídos pelos próprios movimentos populares.

Movimentos sociais populares e a luta por uma Educação Popular do Campo referenciada no PRONERA

Desse modo, o PRONERA, mais do que uma política pública, alinha-se aos processos educativos desenvolvidos pelos povos do campo, sendo um instrumento potente de transformação da realidade social e político-econômica do país.

Considerações finais

Esse artigo buscou contribuir e, ainda, incitar algumas percepções importantes tanto do ponto de vista formativo-pedagógico quanto de organização social e enfrentamento político. Entretanto, fica evidenciada a necessidade de reflexões mais embasadas e coletivas sobre a autonomia pedagógica da escola com relação à organização da matriz curricular em termos comparativos com o Estado. A escolha dos conteúdos deve seguir a vocação do meio e dar condições aos jovens para intervir no meio em que vivem. E a bagagem necessária nesta construção vem sendo construída gradativamente à medida que consolidamos uma equipe, nos apropriamos e refletimos acerca de nossos fazeres e nos comprometemos com os princípios de resistência e fortalecimento daquela realidade. Em síntese, os argumentos apresentados demonstram a relevância de enfatizar as relações sociais do campo juntamente com as relações escolares, incorporar a história de lutas enfrentada cotidianamente por esta realidade e, assim, alimentá-la e fortalecê-la, uma vez que existem vários entraves e a Educação do Campo ainda não está alicerçada.

De todo modo, buscou-se refletir como os processos educativos construídos pelos Movimentos sociais populares e as experiências no PRONERA trazem o movimento prático e político-filosófico de transformação da realidade, tendo como fundamento a formação da consciência de trabalhadores/as frente as contradições e condições de exploração e expropriação sofridas pelo capitalismo, e a ação coletiva que avança para um novo projeto social e político-econômico de país – livre e emancipado. Processos estes que, cada vez mais, devem ser ampliados e articulados, isto é, a unidade no diverso.

Vivemos um contexto em que a agudização e a ofensiva do capital, cada vez mais violento e que abre espaço para a consolidação de uma classe dominante ultraconservadora e fascista – e que não se liquida após a derrota de Bolsonaro nas eleições e o terceiro governo Lula, que adota a política neoliberal –, têm produzido de maneira inerente a destruição dos direitos sociais, das políticas públicas, o rebaixamento das condições de vida das massas populares, bem como o colapso ambiental – atingindo as camadas mais empobrecidas da sociedade.

Frente a esta realidade, os Movimentos sociais do campo, constituídos por uma diversidade e pluralidade de sujeitos individuais e coletivos, tem nos indicado caminhos importantes não só de enfrentamento contra o modo de produção capitalista, mas de concepções de mundo que envolvem novas formas de ser, estar e relacionar com os outros e com a terra ou a biodiversidade em geral. Formas estas que fundamentam, inclusive, uma nova concepção democrática, que tenha como sustentação a efetiva participação e organicidade popular.

Portanto, torna-se também candente defender o PRONERA enquanto política pública e, mais ainda, formador ou sistematizador do conjunto da classe trabalhadora, ou seja, de consciência e luta de classes, tendo como princípio e horizonte a construção de uma nova hegemonia (a dos/as trabalhadores/as) e projeto político-econômico.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti . **Fundo público, valor e política social**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BRASIL. Diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo. Resolução 01/2002 CNE/CEB, N° 1, Brasília 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 74. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FONEC. **Em defesa do PRONERA e do direito à Educação do Campo**. FONEC, 25 fev. 2020. Disponível em: <https://contrafbrasil.org.br/system/uploads/ck/files/FONEC-NOTA-EM-DEFESA-DO-PRONERA.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2024.

GNOATTO, Almir Antônio. Pedagogia da alternância: uma proposta de educação e desenvolvimento no campo. **Revista da Formação por Alternância**. Brasília - DF, v.1 p. 67 - 90, julho, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Movimentos sociais populares e a luta por uma Educação Popular do Campo referenciada no PRONERA

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MÈSZÀROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/ fins da formação humana**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RIBEIRO, Marlene. Luta de classes: um conceito em estado prático para leitura dos movimentos sociais. In: RIBEIRO, Marlene; FERRARO, Alceu Ravello (org.). **Movimentos Sociais: Revolução e Ação**. Pelotas: Educat, 1999. p. 137-174.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). In: Caldart, Roseli Salette; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo; Frigotto, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 629-638

SANTOS, Ramofly Bicalho dos; SILVA, Marizete Andrade da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016.

SILVA, Lourdes Helena da. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?**. Viçosa: UFV, 2003.

SILVA, Lourdes Helena da. Modalidades, Representações e Práticas de Alternância na Formação de Jovens Agricultores. **Revista da Formação por Alternância**. Brasília – DF, v. 1, p. 5-23. Julho 2006.

SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. **Movimentos Sociais, ONGs e educação: em estudo de caso**. Aparecida: Idéias & Letras, 2009.

SOUZA, Dileno Dustan Lucas de et. al. Os movimentos sociais enquanto discussão de classe. In: COSTA, Antônio Cláudio Moreira (org.). **Diálogos com a educação do campo: as experiências do Programa Escola da Terra**. Uberlândia: PROEX/UFU, 2019. p. 173-194.

VENDRAMINI, Célia Regina. A escola diante do multifacetado espaço rural. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2004.

_____. Educação e Trabalho: Reflexões em torno dos movimentos Sociais do Campo. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.

Notas

ⁱ Disponível em: pnera2pesquisaeducareformaagraria.pdf (www.gov.br). Acesso em: 12 set. 2023.

ⁱⁱ Vide o verbete de Santos (2012) a respeito da construção do PRONERA e os conflitos dele decorrentes.

ⁱⁱⁱ Atualmente é nominada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

^{iv} Os cursos implementados a partir dos primeiros editais (Brasil, 2008, 2009) trabalham a Matemática integrada às Ciências da natureza.

Sobre os autores

Dileno Dustan Lucas de Souza

Professor Titular da UFJF. Pedagogo pela UFRJ, Mestre em Educação pela UERJ, Doutor em Educação pela UFRGS. E-mail: dilenodustand@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6053-8273>

Simone da Silva Ribeiro

Docente de educação básica no Colégio de Aplicação João XXIII da UFJF. Possui graduação em Pedagogia (1991) e Mestrado em Educação (1998) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutorado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (2012). Atualmente desenvolve projetos de pesquisa e extensão nos seguintes temas: educação e territorialidade, conhecimentos tradicionais, cotidiano escolar e memórias. E-mail: simonerib@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1570-0857>

Guilherme Goretti Rodrigues

Doutor em Educação pela UFRRJ. Professor de Geografia e Coordenador Pedagógico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. E-mail: guilhermegoretti.geografia@gmail.com

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7607-969X>

Recebido em: 01/11/2024

Aceito para publicação em: 27/11/2024